

A importância do *know-how* comunitário

Fernando A. Albuquerque Mourão

Num mundo aparentemente desideologizado, desestrategizado e aparentemente ultrapassada a fase das ditaduras na América Latina, a democracia surgiu como a concretização de uma aspiração amplamente generalizada. As dificuldades de consolidação do novo regime passam pelas encruzilhadas de uma política macro-económica imposta pela necessidade de adequação ao macro-sistema internacional e confrontam-se com as pressões da dívida social. O regime democrático na América Latina enfrenta um dilema.

Os sucessivos choques económicos de natureza liberal com objectivo de reabilitar as economias confrontam-se com a péssima situação social das populações. A Venezuela é um exemplo: Carlos André Perez, um mês após o fracassado golpe de estado (madrugada de 3 para 4 de fevereiro de 1992) é forçado a suspender medidas económicas para aplacar a ira popular. A Venezuela, uma produtora de petróleo e uma das mais antigas democracias da região, com uma inflação moderada, teve as suas instituições políticas abaladas ante a possibilidade de um regresso a um passado autoritário, comum ao sub-continente. No Peru, o presidente Alberto Fujimori autoproc1ama-se como ditador com o apoio dos militares, levantando a bandeira do combate à corrupção.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) considerou o autogolpe do presidente Fujimori uma ameaça à democracia, iniciando uma série de contactos na esperança de que o país volte à normalidade democrática. A OEA, em função das limitações do seu próprio mecanismo, dificilmente poderia partir para uma política dura. No caso do Haiti, em que o presidente eleito foi derrubado, a mediação da OEA vem avançando e poderá dar resultados caso o bloqueio económico seja mantido até à volta da normalidade constitucional, aliás muito difícil de ser atingida num país extremamente pobre. A pena mais dura que o Peru sofreu até agora foi sem dúvida a sua suspensão no seio do Grupo do Rio.

A perspectiva de mecanismos mais duros na defesa das democracias sul-americanas é ainda algo um pouco distante e falta ainda instrumentalizar a chamada doutrina *Betancourt*, o não reconhecimento de governos assentados em golpes de estado.

Do ponto de vista da ajuda internacional o Banco Mundial, a par de outras agências financeiras internacionais, passou a condicionar a política de empréstimos e de cooperação à necessidade de o país apresentar um padrão político democrático. Em relação ao Peru, os Estados Unidos mesmo o Brasil já suspenderam as suas políticas de crédito. Até que ponto é possível que a democracia sobreviva? O grau de pobreza não está sendo suportado. É curioso assinalar que os golpistas, no caso do malogrado golpe da Venezuela, dificilmente poderão ser enquadrados

do ponto de vista ideológico, estando mais próximos da busca de uma utopia de pureza, chegando alguns articulistas a apelidá-los de fundamentalistas.

A relação entre democracia e neoliberalismo, na sua vertente não económica, necessita ser aprofundada. Celso Lafer afirmou, na aula inaugural dos cursos jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no ano lectivo de 1992, que os direitos de cidadania filiam-se a «uma corrente contratalista do liberalismo, de cunho jurídico (...) e não a uma vertente de cunho económico», utilitarista, portanto. O não aprofundamento desta questão, poderá levar ao surgimento de utopias ou, como afirma Boaventura Sousa Santos, a «uma autoteorização da realidade que mal se distingue da auto-realização da teoria».

O mundo passa a se dividir entre posições de dureza e de fragilidade, o que é patente no campo do narcotráfico. Na Conferência de San Antonio (1992), enquanto os EUA insistem numa solução policial militar, o Peru, a Colômbia, a Bolívia, o Equador, o México e a Venezuela, reagindo a essa proposta, defenderam soluções económicas. O presidente do Peru, Alberto Fujimori, chegou mesmo a afirmar: «no meu país há duzentas e cinquenta mil famílias dedicadas ao cultivo da coca. São agricultores, não delinquentes. Temos de encontrar um meio de fazer essa gente se tornar nossa aliada na luta contra o narcotráfico». Se pensarmos que os produtos primários de exportação perderam muito em termos de troca, a par de uma série de interditos médicos e modismos que penalizam o uso do café, do açúcar, do chocolate, do chá, etc., o problema torna-se mais agudo. Decorridos dois anos da Conferência de Cartagena (1990), onde foram acertadas medidas de auxílio dos Estados Unidos ao Peru, à Colômbia e à Bolívia, em matéria de apoio às forças policiais com o objectivo de combater o narcotráfico, a situação não se alterou. Nessa ocasião, os Estados Unidos propuseram um bloqueio naval às costas da Colômbia. Consumidores e fornecedores não se entendem.

«Todo o mundo necessita de mais dinheiro, inclusive nós», declarou o presidente Bush, o que ocorre numa fase já não tão curta em que, como afirmou Helmut Schmidt, se toma acirrada a luta pelo produto mundial. Os capitais tendem a migrar para os locais onde encontram maior segurança e protecção, aumentando as assimetrias e agravando os desequilíbrios no quadro da actual macroestrutura internacional.

Face a um mundo articulado pelo desenvolvimento, levando sucessivamente a maiores índices de integração, como no caso da Comunidade Económica Europeia, quer como resultado da implantação da III revolução industrial em países do Sudeste Asiático, criando novos paradigmas para o processo de desenvolvimento, qual o papel dos países em fase de desenvolvimento? Os países do sul têm não só que se ajustar, adaptar-se através de modelos económicos mais flexíveis, estabelecer uma capacidade geo-estratégica que medeie entre os conglomerados regionais e os de carácter global – relações com as grandes potências – , como ainda encontrar meios para superar as crises, através de uma maior eficiência do uso do poder por parte do Estado e da sociedade, face à pouca margem de manobra no plano internacional. Os paradigmas internacionais impõem uma mudança interna: em vez de mão de obra barata é

necessário encontrar contingentes da população activa devidamente qualificada, o que envolve a variável ensino, tal como ocorreu nos países da bacia do Pacífico, os chamados *tigres asiáticos*, estabelecendo-se uma relação entre educação e processo produtivo.

O tamanho do território nacional, embora seja um factor importante do ponto de vista geo-estratégico, face às características da economia mundial, não permite soluções autocentradas, tal como prevê a teoria da desconexão de Samir Amin.

O Brasil, por sua vez, um país de raízes europeias e africanas, inserido no continente americano, necessita manter e mesmo aumentar os fluxos com a Europa, uma Europa que, se quiser afirmar a sua vocação universalista, não deverá reduzir-se a um conglomerado ou directório, em que pesem certas tendências mais radicais entre alguns eurocratas. A Comunidade Económica Europeia, que para além de um projecto de cooperação económica entre os doze, é fundamentalmente um projecto político, deve levar em conta as afinidades culturais com outras parcelas do mundo.

Ao nível de entendimentos, a tendência da Comunidade Económica Europeia tem sido a de procurar um parceiro global: os membros da Conferência de San José e por que não os do Grupo do Rio. Não vemos obstáculos a uma política bilateral entre o Brasil e a Comunidade, a par de entendimentos globais de tipo continental, só que estes demandam um *timing* maior até porque, na verdade, é discutível a idéia de uma coesão latino-americana, região ainda caracterizada por assimetrias regionais. Talvez seja esta uma das causas da pouca eficácia de organismos tais como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e outros mecanismos de integração regional. Qual é o grau real de integração da América Latina? Vejamos por essa série de designações: América Latina, América Hispânica, Ibero-América, Nuestra América, esta de uso mais restrito e de cunho nacionalista. Especificamente com relação ao Brasil, os desdobramentos do mundo Lusíada: comunidade Lusíada, comunidade Luso-Brasileira, comunidade de Países de Língua Portuguesa (Países de Língua Comum, na formulação brasileira); no passado circularam outras formulações, tais como comunidade Afro-Luso-Brasileira (formulação brasileira-discurso do presidente Castelo Branco em 31/7/1964), comunidade Afro-Luso-Brasileira (Léopold Senghor, 9/9/ 1964), ou ainda uma formulação mais ou menos recente surgiu da em alguns meios portugueses relativa a uma visão tripartite do mundo Lusíada: Lisboa, o Grupo dos Cinco (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e o Brasil). A denominação América Latina é, sem dúvida, a mais usada e a que oferece um perfil mais homogéneo. Numa visão sincrónica podemos observar e registrar o facto de que a integração da América Latina é muito mais um projeto de que uma realidade. A Organização dos Estados Americanos, em que pesam seus pontos positivos, está longe de ser um organismo coeso e actuante. Certas tentativas, como no caso da ALALC e no caso da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), tangenciam a utopia e resultaram em organismos pouco operantes, em decorrência das assimetrias inter-regionais, da falta de capacidade ou mesmo vontade política para encontrar soluções internas e no plano

dos mecanismos de integração, ao que acresce uma separação de campos ou zonas de influência, já histórica, entre a América do sul e a América central, incluindo-se os desdobramentos caribenhos.

Numa visão prospectiva registamos dois espaços económicos regionais com amplas perspectivas integrativas: a parceria do México com os EUA e o Canadá e o Mercosul, englobando a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. No caso do Mercosul, vemos amplas perspectivas não só de integração regional, mas ainda a de alavancar um processo de aproximação viável com capacidade concorrencial com sistemas económicos mais amplos. Factores de natureza cultural, como a latinidade, aliam-se a perspectivas políticas, a consolidação dos regimes democráticos, a par das perspectivas económicas, que lhe dão lastro, permitindo articulações reais entre o regionalismo e o multilateralismo com áreas de integração avançada, nomeadamente com a Comunidade Económica Europeia, que já avança para uma União Monetária e para a União Política.

A América Latina está ainda marginalizada em relação à Europa. Egon Bahhr, director do Instituto de Pesquisas da Universidade de Hamburgo, recentemente admitiu que «quem é honesto tem de admitir que a América Latina nunca esteve no centro do pensamento europeu».

Se a tentativa do general De Gaulle de desenvolver um papel no plano da América Latina aproximado ao dos EUA gorou, entre outros motivos por falta de meios, os tempos mudaram e as possibilidades de aproximação entre o regionalismo e o multilateralismo aumentaram, em que pese a persistência de práticas proteccionistas que vêm emperrando o mecanismo das Rodadas do Uruguai. A par de relações bilaterais entre a Europa e países da América Latina, a criação de mecanismos regionais com um certo vigor certamente irá acelerar um processo de aproximação real. No caso de países que em decorrência de suas fragilidades, entre outras, e diferentes estágios de desenvolvimento, é necessário um *timing* maior sob pena de agravar os desequilíbrios. No campo das relações bilaterais, registam-se acordos gradativos, que vão de simples acordos de cooperação em áreas específicas, a acordos mais amplos, acordos de terceira geração, como o que está em andamento entre o Brasil e a Comunidade Económica Europeia.

Se a baixa operacionalidade de mecanismos tais como a ALALC e a ALADI se devem a factores múltiplos, entre os quais as assimetrias regionais, a falta de um *know-how* adequado à integração é, sem dúvida, um dos maiores obstáculos. O êxito e a agilidade do Mercosul dependem, fundamentalmente, da implantação de um *know-how* integrativo, já amplamente implantado e testado na Europa Comunitária. Sem o desenvolvimento de projectos centrados num certo *know-how* a vontade política, quer do Estado, quer da sociedade, tende a se perder no pantanal da retórica. Se nos falta *know-how* em matéria de integração, a par de todos os esforços internos, necessitamos de recorrer às experiências ocorridas em espaços mais avançados. Embora as situações sejam diferentes, pois no caso do Mercosul os países

envolvidos não têm condições de criar um fundo a exemplo do que ocorreu com a Comunidade Económica Europeia, o domínio das técnicas em matéria de abatimento das barreiras alfandegárias, a serem extintas em 1995, é fundamental, a par de medidas que levem a se tirar partido das adequações do parque industrial face aos avanços tecnológicos, que lhe permita enfrentar a concorrência. A experiência comunitária em matéria de criação e financiamento das câmaras sectoriais (cambiais, fiscais, monetárias, etc.) é imprescindível. O facto de que o comércio intra-regional aumentou de 25% no primeiro ano de vigência do Tratado de Assunção, abarcando uma área de 11,9 milhões de quilómetros quadrados e uma população de mais 190 milhões, apesar de uma situação de desigualdades nacionais e mesmo da existência de terceiros-mundos interiores, é amplamente promissor, mostrando que os sectores empresariais passaram a acompanhar a vontade política dos signatários do Tratado de Assunção, apesar da persistência de complicadores burocráticos em vários campos, entre eles o do transporte de mercadorias, em que se conta em média três dias para se passar a fronteira. A burocracia é ainda um monstro sagrado a ser removido e é sem dúvida uma das causas próximas da não operacionalidade de mecanismos, tais como a ALALC e a ALADI, contribuindo para retardar a unificação difícil de ser atingida nos prazos previstos. O interesse manifestado nos meios empresariais brasileiros e argentinos, apesar dos entraves burocráticos, é um factor altamente positivo. O número de empresários que passaram a levar em conta o Mercosul em termos do seu planeamento estratégico é hoje altamente significativo, como o atestam os serviços comerciais das embaixadas dos países integrantes e a rede bancária. No campo agro-industrial, industrial e de serviços já se registam aproximações altamente positivas com a implantação de negócios promissores, em que pese ainda uma certa tendência mercantilista nos meios empresariais, a ser removida, a par de medidas proteccionistas tão ao gosto de uma economia cartelizada que começa a sentir os efeitos das medidas económicas impostas recentemente na Argentina e agora ensaiadas no Brasil. No campo cultural é promissor o facto de que os cursos de língua portuguesa aumentaram de frequência em Buenos Aires.

Se em certos meios brasileiros surgiram críticas quanto às vantagens de adesão ao tratado, alegando que em termos do PIB o mercado cresce de 26% por oposição aos dos outros integrantes, Argentina 483%, Paraguai -4.555% e Uruguai -6.420%, estamos certos de que o Mercosul determinará a emergência de uma economia de concorrência que não só contribuirá para melhorar os padrões de bem-estar regionais, como permitirá que esse espaço regional, no seu todo, ou através das partes integrantes, passe a ter melhores condições de se adaptar às correntes do multilateralismo económico. Em termos das perspectivas brasileiras, tal como o afirma Rubens Ricuperio e Luiz Felipe de Seixas Correia, quanto maior for o grau de integração do Brasil ao mercado mundial, maior será a sua condição para influenciar os seus rumos e vice-versa. Enquanto o Brasil e o Paraguai apresentam significativas vantagens no campo energético, por oposição à Argentina e ao Uruguai, estes dois últimos países beneficiam-se de uma maior qualificação da mão-de-obra. As mudanças internas com a implantação do Mercosul abrangerão vários campos, impondo parâmetros comuns aproximativos no domínio económico,

fiscal, comercial, industrial, agro-industrial, de transportes, educacional, tecnológico, estratégico, jurídico além de outros e uma política energética hídrica e nuclear que assenta em dessemelhanças. A coordenação de políticas macroeconómicas e sectoriais, de fundamental importância, em muito ganhará em sua agilização pelo recurso ao *know-how* europeu, amplamente testado nos últimos anos.

Cabe pôr em evidência que o comércio internacional representa pouco em relação à economia brasileira. O total de exportações e importações é estimado em 14.5% do PIB, o que é muito baixo. Mesmo levando em conta que as importações de petróleo diminuiram e foram substituídas por outros bens, o perfil é extremamente baixo se comparado com outros países como o México, 27.0%, sem se falar dos países do norte. Maior exportador do que importador, o país tem tido saldos na balança comercial, caracterizando-se como um país continental e relativamente fechado. Este facto não favorece o aumento de competitividade do Brasil no campo do comércio internacional, causando preocupações no campo do crescimento económico, em que pesem certas posições contrárias que se aproximam do campo da teoria da desconexão. Embora reconheça que o Brasil vem mantendo e acentuando o dinamismo no que toca ao comércio exterior, o embaixador Rubens Ricupero defende a tese de que «o aumento das importações terá efeitos benéficos ao conjunto da economia, possibilitando a aquisição de bens de capital modernos e abrindo a economia e uma competição saudável que permita combater privilégios e monopólios dos setores super-protegidos, com impacto favorável sobre o nível dos preços internos e qualidade dos bens oferecidos aos consumidores» (1989). Esta conduta está naturalmente ligada ao processo de modernização da gestão com consequências no nível macro-económico, quer no plano interno, quer no espaço do Mercosul, contribuindo decisivamente para uma maior integração no campo das potencialidades das relações entre os espaços regionais e o campo do multilateralismo.

As aproximações com a Argentina, no plano da integração, iniciadas por José Sarney e Alfonsín, vêm dando fruto com a implantação do Mercosul e, num campo diplomático mais global, levaram à formação do grupo dos oito, hoje com onze membros. Por seu turno, a sociedade brasileira, normalmente distante das problemáticas internacionais, inseriu no título I da Constituição de 1989 o princípio de que o país deverá caminhar para uma «comunidade latino-americana de nações», através de amplos mecanismos integradores.

As prioridades da Europa face aos processos de integração da América Latina passam por uma aproximação com o Mercosul que, com a sua implantação, dará sem dúvida maiores condições de negociação em termos de poder internacional aos seus membros e, em relação ao Mercado Comum Centro Americano e especialmente em relação ao México, há que aguardar o desenvolvimento do processo da área de livre comércio com os Estados Unidos e o Canadá que, em certas circunstâncias, com o andamento da Rodada do Uruguai, poderá, de certo modo, criar dificuldades ao México nesse processo de integração.

No caso da parceria do México com os Estados Unidos estão previstas medidas no sentido de favorecer as aplicações de capitais norte-americanos e mexicanos, tornando-a um pouco menos atractiva para os capitais de outros países, embora tal facto não seja um obstáculo de maior monta, tal como o prova o interesse de construtores de carros japoneses de se instalarem no norte do México, a nova meca da indústria automobilística. Por outro lado, no caso dos entendimentos em andamento entre o México, os Estados Unidos e o Canadá chegarem a bom termo, é preciso levar em conta que a capacidade de meios dos Estados Unidos enfrenta limites face a uma expansão que abranja o conjunto dos países latino-americanos.

Do ponto de vista político ainda persistem certas tendências no mundo comunitário europeu que parecem admitir que o espaço latino-americano, de certo modo, constitui-se numa reserva dos Estados Unidos, «numa espécie de monroismo retardatário e às avessas», como afirmou Geraldo Holanda Cavalcanti (1989).

Na confluência entre as duas tendências principais no campo da economia internacional, a globalização e a regionalização, surgem espaços para projectos regionais, cuja eficácia depende de uma prévia integração no campo da economia. A Europa comunitária, desde que passe a colocar a América Latina no centro do seu pensamento, poderá ter um duplo papel: o de contribuir com o necessário *know-how* à fase de integração económica, sabendo-se que a experiência europeia é, sem dúvida a mais rica neste campo, uma vez que as outras formas de integração regional ainda são frouxas e no plano político contribuir para que a América Latina atinja um razoável grau de autonomia.

As tensões sociais tendem a aumentar a níveis difíceis de controlar. O processo de industrialização e a urbanização exigem custos altíssimos no domínio das infra-estruturas, os quais recaem sobre os orçamentos públicos com reflexo sobre a estabilidade monetária e as políticas macroeconómicas, com consequências negativas para o processo de integração. No plano político o risco de retrocessos é evidente. A tentativa de golpe de estado na Venezuela e o fechamento do parlamento no Peru são fortes indícios da fragilidade institucional dos países do sul. No caso dos países integrantes no cone sul, que passaram por experiências de regime ditatorial recentemente, a prática democrática, embora longe de atingir a democracia real, apresenta maior estabilidade, desde que consigam resolver, pelo menos em parte, os problemas decorrentes da dívida social.

A Europa, na sua natural vocação para o leste, não pode esquecer a América Latina. Portugal e Espanha, pela sua vertente atlântica, certamente serão mais sensíveis e desde que desenvolvam as suas motivações políticas poderão desempenhar um papel importante neste processo.

Numa perspectiva do sul, quer em sentido amplo, quer em relação a certos agrupamentos regionais viáveis, como é o caso dos países que integram a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a par não só de interesses, como ainda em

decorrência das balizações de suas origens, tal como o afirmou recentemente Maria Regina Soares de Lima, a vertente da «política terceiro-mundista do Brasil poderá ser forçada a incorporar o diferencial real dos recursos e interesses entre o país e parcela significativa do terceiro-mundo, assumindo obrigações mais solidárias com aqueles em situação desvantajosa.» A afirmação de Maria Regina parece oportuna, embora seja possível discordar que o Brasil tenha na realidade desenvolvido uma política terceiro mundista plena, pois os factos mostram que a diplomacia de Brasília levou em conta a dupla face brasileira de um país inserido no terceiro mundo e ao mesmo tempo ocidental, com origens afro-latinas.